



**Processo nº:** 00600-00012980/2022-39-e

**Despacho nº:** 163/2024 – SERCO

**Assunto:** prorrogação de vigência contratual – Segundo Termo Aditivo.

**Interessada:** PPN TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.

Senhor Secretário de Licitação, Material e Patrimônio,

Versam os autos, neste momento, acerca das medidas necessárias à prorrogação da vigência do **Contrato nº 37/2022 (peça 64 – e.doc 5EC26A9E)**, firmado entre este Tribunal e a empresa **PPN TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.**, cujo objeto se refere à contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de modernização tecnológica da solução *SAS Fraud Framework (SFF) for Government*, já adquirida pelo TCDF, para a solução *SAS Detection and Investigation (SDI) for Government*, com licenciamento perpétuo, sem prejuízo das funcionalidades já existentes, com suporte técnico especializado no gerenciamento e aplicação da ferramenta, atualização de versão, e garantia do fabricante, de acordo com as especificações e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 42/2022, bem como nos anexos e na proposta da CONTRATADA, que foi firmado inicialmente por 12 (doze) meses, a contar de **29/12/2022**.

2. De acordo com a Cláusula Terceira, a prestação dos serviços relativos aos itens 2 e 4 do referido Contrato poderá ser prorrogada até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, com base no Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

3. Diante disso, este Serviço de Contratos - Serco consultou o executor do ajuste acerca do interesse na prorrogação de vigência (peça 123 – e.doc 1F3F5FAA). Em resposta, O Núcleo de Informações Estratégicas (NIE) manifestou-se favorável (peça 124 - e.doc DAB30D30):

4. Sendo assim, encaminhou-se o Ofício nº 98/2024 – Serco, a fim de consultar a Contratada quanto ao interesse na prorrogação contratual, por novos 12 (doze) meses, dentro das condições atualmente pactuadas (peça 125 – e.doc CB5E9702).

5. Em resposta, a Interessada manifestou anuência, bem como assegurou o direito ao reajuste de valores, conforme expediente acostado à peça 126 – e.doc 3EAC6097.

6. Com o objetivo de verificar a vantajosidade da presente prorrogação contratual para a Administração, efetuou-se pesquisa de mercado com verificação de sites de transparência de diversos órgãos públicos, onde se observou a incompatibilidade ou inexistência de contratos



com o objeto em questão, tendo sido encontrados somente 2 (dois) similares ao do TCDF (pç. 127 – e.doc 1F664830), conforme quadro abaixo. É um universo de comparação limitado, porém constitui um importante indicativo de que o preço praticado pelo TCDF está abaixo do que é praticado em outros órgãos. Haja vista o envio de e-mails, sem resposta, a órgãos públicos, solicitando contratos como fonte de comparação (pç. 93 – e.doc B27A0A7D), este SERCO não realizou a aludida consulta novamente.

Contratante	Contratada	ITEM 4 - MODELAGEM PREDITIVA E ESTATÍSTICA (500h)		
		HORAS (máximo)	VALOR UNITÁRIO	ANUAL
37/2022 - TCDF - 2º TA	PPN TECNOLOGIA E INFO	500	R\$ 420,00	R\$ 210.000,00
27/2021 - ANEEL - 1ªTA	PPN TECNOLOGIA E INFO	516	R\$ 907,55	R\$ 468.295,80
CT 01.032831.2021 DATAPREV	Belfort LTDA.	1000	R\$ 462,38	R\$ 462.377,27
Média			R\$ 596,64	
Mediana			R\$ 462,38	

7. Cabe esclarecer que a natureza do objeto contratual inviabiliza uma comparação precisa de valores, tendo em vista a especificidade do produto e dos serviços. Entretanto, é importante destacar que o preço atual praticado representa um valor 14,77% abaixo daquele apresentado pela Contratada em sua proposta original (pç. 3).

8. Nesse contexto, cabe observar que a Instrução Normativa nº 5/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento Desenvolvimento e Gestão – SEGES/MP, foi recepcionada pelo Decreto Distrital nº 38.934, de 15 de março de 2018.

*DECRETO Nº 38.934, DE 15 DE MARÇO DE 2018.*

(...)

*Art. 1º Aplicam-se às contratações de serviços, continuados ou não, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, no que couber, as disposições da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.*

9. De acordo com o item 7, alínea “b”, do Anexo IX, da citada Instrução Normativa, é dispensada a realização de pesquisa de mercado em algumas situações, conforme abaixo:

*7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:*

[...]

*b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados*



*com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE);*

10. Cabe ressaltar que, embora a redação fornecida pela IN nº 05/2017 mencione que a vantajosidade econômica estará assegurada para prorrogação dos contratos “com mão de obra exclusiva”, diferentemente da IN nº 02/2008, da qual constava “contratos de serviços continuados”, permanece válida a dispensa de pesquisa de mercado para contratos de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme Parecer nº 00004/2018/CPLC/PGF/AGU (Advocacia-Geral da União), abaixo transcrito:

**CONCLUSÃO**

*52. Pelo exposto, podemos concluir que:*

*a) Na pesquisa de preços prévia às licitações e contratações públicas, deve o gestor utilizar os parâmetros do art. 2º da IN SLTI/MP n.º 05/2014, priorizando-se os valores colhidos a partir do Painel de Preços e das contratações similares de outros entes públicos, para, a partir do material coletado, efetuar a análise crítica dos valores e decidir, de forma motivada, pela utilização combinada ou não dos preços obtidos a fim de compor o preço de referência da futura contratação;*

*b) Deve o gestor ficar atento aos casos nos quais a utilização dos parâmetros previstos nos incisos I e II do artigo 2º da IN nº 05/2014-SLTI/MP se mostre ineficaz, situações essas em que as orientações do TCU para o uso do conceito de “cesta de preços aceitáveis” devem prevalecer, ou seja, a pesquisa de preços deve ser feita em variadas fontes, tais como: contratações com entes públicos, pesquisa com fornecedores, bancos de preços, tabelas de fabricantes, sites especializados, entre outros, sempre buscando o preço de mercado do que se deseja adquirir;*

*c) O disposto nas alíneas anteriores não se aplica às licitações e contratações de obras e serviços de engenharia, tendo em vista o disposto no art. 5º da IN SLTI/MP n.º 05/2014, que determina a incidência do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, para a formação do orçamento de referência desse tipo de contratação.*

*d) A vantajosidade da prorrogação nos contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra estará assegurada quando houver previsão no ajuste dos requisitos previstos no item 7 do Anexo IX da IN nº 05/2017-SEGES/MP;*

*e) A vantajosidade da prorrogação nos contratos de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra estará assegurada quando houver previsão contratual de índice de reajustamento de preços, o que não impede que o gestor, diante das especificidades do contrato firmado, da competitividade do certame, da adequação da pesquisa de preços que fundamentou o valor de referência da licitação, da realidade de mercado, bem como da eventual ocorrência de circunstâncias atípicas no setor da contratação, decida, de maneira fundamentada, pela realização da pesquisa de preços.*

11. Portanto, é possível inferir que, aos serviços contínuos prestados sem dedicação exclusiva de mão de obra, restará assegurada a vantajosidade econômica, requerida pela Lei nº 8.666/1993, sempre que o contrato contiver previsão da aplicação de índices específicos, setoriais e geral como elemento de reajustamento de preços.

12. A documentação necessária à efetivação da prorrogação encontra-se válida e foi acostada à peça 128 – e.doc A87B8934.



13. Dessa forma, apresenta-se a Minuta do Segundo Termo Aditivo (peça 129 – e.doc A3508C1B), para apreciação e subsequente remessa dos autos à SEGEDAM para a análise pertinente, propondo que seja autorizada a **PRORROGAÇÃO** da vigência do **Contrato nº 37/2022**, por até 12 (doze) meses, mantidas as atuais condições pactuadas, passando, assim, a vigorar até 28/12/2025, com amparo no art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.

14. Finalmente, sugere-se a remessa dos autos à Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças - SECOF, para conhecimento da prorrogação ora proposta e providências porventura cabíveis.

À superior consideração.

Brasília, 27 de agosto de 2024.

**ASSINADO DIGITALMENTE**  
**ADRIANA MALLAB MOREIRA LOPES**  
Chefe do Serviço de Contratos

De acordo.  
À Secof, para conhecimento. Posteriormente, à Segedam, para as providências cabíveis.

Brasília, 27 de agosto de 2024.

**ASSINADO DIGITALMENTE**  
**LEONARDO JOSÉ ALVES LEAL NERI**  
Secretário de Licitação, Material e Patrimônio